

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO – CTASP**

**Emenda Supressiva**  
ao

**PROJETO DE LEI N.º 6.613, DE 2009**

“Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências”.

**Suprime o art. 18-A do Projeto de Lei 6613 de 2009**

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 2º do Projeto de Lei 1466/2009, acresce o artigo 18-A à Lei 11.416/2006, o qual estabelece:

*“Art. 18-A A soma do maior Vencimento Básico do cargo de Analista Judiciário com a respectiva Gratificação Judiciária – GAJ não poderá ser superior a 75% (setenta e cinco por cento) do subsídio de Juiz Federal Substituto.”*

O Constituinte original fixou limites máximos a serem observados na remuneração dos servidores públicos, preceituando no artigo 37, XI. O referido artigo é totalmente inconstitucional, senão vejamos.

*A Constituição federal em seu artigo 37, inciso XI, em sua redação original estabelecia:*

*Art. 37*

*(...)*

*XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor*

*remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no*

*âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em*

*espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito"*

Constata-se, pois, que a redação original já trazia um comando inflexível, qual seja, limite máximo a ser observado seria a remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito judiciário, a do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ressalte-se que o dispositivo originário dirigia-se aos “servidores públicos”, ou seja, agentes administrativos, na classificação dada aos agentes públicos, pelo saudoso Hely Lopes Meireles, não indicando em qualquer hipótese que a fixação ali contida também se aplicaria ao “agente político” classificação em que se enquadra o “magistrado”, entre outros, como o Procurador da República, Senadores, Deputados Federais, Ministros dos Tribunais Superiores, Ministros do Supremo Tribunal Federal, etc.

Robustecendo esta redação do inciso XI, do artigo 37 da Constituição, o artigo 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estendia o limite do teto constitucional ao servidor inativo e vedava a argumentação da existência de direito adquirido, *litteris*:

*Art. 17:*

*Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição, serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.*

Assim, o legislador ordinário, estava autorizado pela Constituição Federal a estabelecer o limite máximo da remuneração, tomando-se por base a remuneração do Ministro do Supremo, e com critérios objetivos, ou seja, para estabelecer o teto remuneratório deveria observar a redução em percentuais.

Outra tarefa era a de fixar a maior e menor remuneração dos servidores. O primeiro critério objetivo jamais foi utilizado.

O artigo 3º da EC n.º 19/98, deu nova redação ao texto do art. 37, XI da Constituição de 1988:

***XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito***

*Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, **incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.***

Assim, toda a espécie de remuneração pecuniária de trabalho no âmbito público passaram a ter um teto único: “subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”

Nota-se que a norma constitucional separa as carreiras pela pontuação da vírgula, estabelecendo que a limitação do teto constitucional se faça partindo-se de cada carreira particularizada, agentes administrativos (uma carreira), agentes políticos (outra carreira distinta da primeira) e cada uma das carreiras deverá observar que a remuneração “dos detentores dos cargos das respectivas carreiras” deverá observar o teto constitucional ali estabelecido, qual seja, o subsídio mensal dos Ministros do STF em relação a cada carreira pública.

Na leitura particularizada do artigo, aplicando-se as regras gramaticais, partindo-se da pontuação ali inserida, chegaremos ao sentido exato do texto constitucional:

a) a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

b) a remuneração e o subsídio dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

c) a remuneração e o subsídio, os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Enquadra-se na disposição da alínea “a” os agentes administrativos, que na doutrina do saudoso Hely Lopes Meireles: *...não são membros de Poder de Estado, nem o representam, nem exercem atribuições políticas ou governamentais; são unicamente servidores públicos.*

Na alínea “b” a limitação é imposta também aos agentes políticos, indicados na mesma doutrina citada, como aqueles que exercem funções governamentais, judiciais e quase judiciais; elaborando normas legais, conduzindo os negócios públicos.

O texto constitucional procurou abranger todos os agentes públicos, ao assentar: “e dos demais agentes públicos”. Esse destaque no texto constitucional obriga à observância do teto constitucional não só aos servidores públicos, mas também a todo agente político.

O inciso XII, do artigo 37, mantendo sua redação originária, alerta para que a remuneração do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, não poderá ser superior aos pagos pelo Poder Executivo.

Estabelece, assim, que **a remuneração dos Ministros do STF, que serão utilizadas como paradigma para a fixação do teto constitucional** da remuneração dos cargos do Poder Judiciário, não poderá ser superior à remuneração (teto constitucional) fixado para os cargos do Poder Executivo.. aplicando-se a mesma regra ao Poder Legislativo.

Decorre daí que no âmbito dos três Poderes o teto será delimitado pelo subsídio do cargo máximo de cada poder.

Na análise conjunta dos incisos *suso* mencionados, resulta a coexistência de forma geral (gênero) formas específicas (espécies da primeira), as quais serão utilizadas em conjunto para delimitar o teto constitucional remuneratório de cada categoria em relação aos três poderes da União.

Decorrência lógica dessa conclusão leva ao teto constitucional remuneratório, regra geral, artigo 37, XI, que será o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, o limite máximo de qualquer remuneração dos cargos das carreiras pertencentes às unidades autônomas da federação.

Especificamente em relação ao teto constitucional remuneratório dos cargos do Poder Judiciário e Legislativo, a referência a ser tomada será aquela estabelecida como limite máximo dos cargos do Poder Executivo, artigo 37, XII.

É de se observar que a Carta Magna vem dividida em Título, Capítulo e Seção. Cada assunto tem o seu lugar reservado e é tratado com a particularidade que requer. Os servidores públicos têm regras constitucionais específicas a serem observadas. Tratados no Título III (Da organização do Estado), Capítulo VII (Da Administração Pública) na seção II (Dos servidores públicos), artigos 39 a 41.

Há necessidade, no entanto, da aplicação da hermenêutica, para conciliar o sentido real da norma constitucional que estabelece regras específicas a serem observadas na remuneração do servidor.

Para isso, considera-se na linha de frente o disposto no § 1º do artigo 39:

*§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:*

*I- a natureza, o grau de responsabilidade e a complexibilidade **dos cargos componentes de cada carreira;***

*II- os requisitos para a investidura;*

*III- as peculiaridades dos cargos;*

Conciliando com o § 5º do mesmo artigo:

*§ 5. Lei da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e menor remuneração dos servidores públicos, **obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37 XI.***

Da análise intelectual, transpondo o raciocínio ao caso concreto, chega-se à conclusão:

O legislador infraconstitucional poderá, observado o grau de responsabilidade e complexidade dos cargos da carreira dos servidores do poder judiciário, os requisitos da investidura e as peculiaridades do cargo, fixar os padrões de vencimentos do sistema remuneratório, estabelecendo a relação entre a maior e menor remuneração do servidor, observando que o limite máximo para a maior remuneração do cargo de cada carreira é o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF.

Não há lógica e tampouco amparo constitucional para que a remuneração do servidor do poder judiciário tenha como parâmetro a remuneração do magistrado do tribunal ou juízo onde o servidor estiver lotado e “exerce sua função”.

Evidente é que as carreiras são distintas, obedecendo a requisitos legais para a investidura em cada uma delas. Tanto há distinção entre as carreiras e o respectivo teto remuneratório, que aquele fixado pela constituição e dirigido ao magistrado veio delimitado em capítulo próprio da Carta Magna: Título IV (Da Organização dos Poderes), Capítulo III (Do Poder Judiciário), Seção I Disposições Gerais).

Especificamente no artigo 93, inciso V, com redação do artigo 13 da EC 19/98, está prevista a forma específica a ser adotada para a verificação da maior e menor remuneração na “carreira da magistratura”, estabelecida escalonadamente em percentuais redutores, obedecido o teto constitucional previsto no artigo 37, XI, *verbis*:

*Art. 93. (...)*

*(...)*

*V – o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido em qualquer caso, o disposto nos artigos 37, XI e 39, § 4º;*

O servidor público não pertence à carreira do magistrado e tampouco pertence à estrutura judiciária nacional, constante dos incisos do artigo 92, da CF/88. O servidor tem critérios próprios delimitados pela constituição

para a fixação da sua remuneração, artigos 39, § 1º e 5º c/c o artigo 37, XI e artigo 48, XV, todos da Lei Maior.

É a carta magna quem estabelece que o teto remuneratório de cada carreira,

observará a remuneração do Ministro do Supremo, dispondo que a remuneração do servidor público só poderá ser fixada ou alterada por lei específica, artigo 37, X, da CF, significando que será estabelecido por lei ordinária, mas observado o teto remuneratório do ministro do STF, pois é ele quem ocupa do maior cargo dentro do Poder Judiciário e nos termos da Lei Mãe, cada carreira observará como teto máximo da remuneração aquele estabelecido para o maior cargo dentro de cada Poder.

Nesse raciocínio de lógica e lucidez do legislador constituinte, a limitação do teto remuneratório evitou a utilização do critério subjetivo de forma a impedir que lei infraconstitucional afronte os direitos adquiridos de servidores que tenham incorporado em sua remuneração as vantagens pessoais ou direitos advindos de decisão judicial.

Dessarte, pertencendo os servidores à carreira distinta daquelas dos magistratos, à luz da redação do inciso XI, do artigo 37, da Constituição federal, o seu teto remuneratório tem como limite a remuneração do Ministro do Supremo Tribunal federal, não estando autorizado pelo constituinte a fixação de subtetos para os servidores, utilizando-se os parâmetros da carreira da magistratura do trabalho, o que leva à inconstitucionalidade do artigo 18-A, da Lei 11.416/2006.

**Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 2010.**

**Deputada VANESSA GRAZZIOTIN**  
**PCdoB/AM**